

Programa de Governo

Vinicius Miguel – Candidato ao cargo de Governador (Rede Sustentabilidade)

Jaime Kalb - Candidato ao cargo de Vice-Governador (Partido Popular Socialista)

APRESENTAÇÃO

A coligação “Por uma Rondônia que Queremos” – composta pelo REDE – PPS e PRP, quer construir, junto com cada cidadão de Rondônia, um ambiente de colaboração, de ativismo civil e de inovação, para alcançarmos o estado que queremos.

A prática da participação democrática, a capacidade de articular parcerias e construir consensos, o olhar mais sensível aos problemas mais críticos do nosso estado, a eficiência, a racionalidade e a sustentabilidade são a tônica das nossas propostas.

Sabemos, contudo, que para promover maior sentimento de confiança no governo e de colaboração entre os cidadãos é necessário ampliar as possibilidades de participação, aumentar a transparência nas ações de governo e os instrumentos de controle social.

Neste documento apresentamos o nosso Plano de Governo para fins de registro da candidatura, em respeito à legislação eleitoral vigente no Brasil.

Consiste de diretrizes gerais de nossa futura gestão à frente do Governo do Estado de Rondônia para o quadriênio 2019-2022. Documento aberto e colaborativo, passível de aperfeiçoamentos, fruto de construção coletiva e em permanente processo de fundamentação, debate e refinamento.

Outra diretriz é a Racionalidade Administrativa, Desburocratização, Economicidade e Eficiência. Um governo aberto e eficaz precisa desenvolver canais de relacionamento transparentes, eficientes e democráticos com todos os atores com os quais interage. Os agentes públicos que realizam as tarefas da administração, os profissionais e empresas fornecedoras de bens e serviços, as ONGs, as organizações da sociedade civil (OSCs), as instituições de pesquisa e as universidades, todos precisam contar com um ambiente de interação com o Estado no qual vigorem regras claras, estáveis, transparentes e eficientes. É preciso definir normas e padrões de comportamento que assegurem a boa e correta interação entre Estado e sociedade. Há que desenvolver canais para que os cidadãos e seus representantes possam interagir com a administração pública. Devemos abrir espaços para que as

organizações da sociedade civil participem tanto da formulação quanto da execução das políticas públicas.

A terceira diretriz é a do Desenvolvimento Sustentável, Economia e Meio Ambiente. A perda de competitividade e de dinamismo da economia brasileira, inclusive do ritmo de evolução dos indicadores sociais, é uma realidade que contrasta com o enorme potencial de uma sociedade criativa e empreendedora. Temos uma economia pujante, que se dissipa no emaranhado burocrático, e uma grande disponibilidade de recursos naturais, que é dilapidada pela ausência de políticas que incentivem seu uso sustentável. Planejamento, visão estratégica e regras claras podem reverter essa situação, criando o ambiente favorável a um novo ciclo de desenvolvimento. Um dos grandes desafios para Rondônia é encontrar as bases para o desenvolvimento sustentável, o que implica rever a noção de progresso, agregando-lhe um sentido mais humano, justo, solidário e respeitoso – tanto para as pessoas quanto para o planeta. A transição para esse novo modelo deve ser planejada, e o governo precisa lançar mão de políticas públicas adequadas a esse objetivo.

As políticas sociais devem contribuir de modo decisivo para o combate das desigualdades, para a melhoria da distribuição de renda e de riqueza e para a ampliação da felicidade, da qualidade de vida e do bem-estar da população. Nesse sentido, é fundamental que se assegure o acesso universal a bens e serviços públicos relevantes. É dever do Estado garanti-los aos cidadãos. Nesse contexto insere-se a quarta diretriz, da Dimensão Humana e Qualidade de Vida.

A quinta diretriz, Educação para o Agora e para o Futuro, parte do pressuposto que o dinamismo de um estado depende, em grande medida, da qualidade da educação e de sua articulação com a cultura. Do ponto de vista econômico, um estudo de 2002 do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) demonstrou que um ano extra na escolaridade média da população aumenta a taxa de crescimento anual da renda per capita em 35%. Entendemos que o processo educativo deva formar crianças, jovens e adultos, tanto para o exercício da cidadania plena como para o mercado de trabalho, a partir de uma agenda estratégica, voltada para uma sociedade em transição para o desenvolvimento sustentável.

Por último, porém não menos importante está o eixo da Segurança Pública Cidadã. Rondônia precisa de metas de estabilização social. Garantir a segurança a todos é um dos mais complexos desafios nesse campo, porque passa necessariamente pelo debate sobre as causas da violência, entre elas, a desigualdade. Para nós, segurança pública e direitos humanos estão entrelaçados. O direito à vida, o direito à integridade física e o direito à segurança caminham juntos. Prover segurança à população implica, assim, atuar preventivamente contra tudo que possa gerar violência. A coligação entende ainda que segurança é um debate a travar em nível nacional, extrapolando os limites estaduais em que normalmente se vê confinado.

Portanto, o estado que queremos há de ser um estado amplamente democrático, contando sempre com a participação dos mais diversos atores nos processos de tomada de decisão. A democracia participativa exige um Estado comprometido com a máxima transparência, além de uma administração pública racional e eficiente. Aliado a tudo isso, está o desenvolvimento sustentável, premissa para o equilíbrio entre desenvolvimento econômico, meio ambiente e qualidade de vida. Assim sendo, o estado que queremos tem seu alicerce nos pilares da democracia participativa e transparência, eficiência e racionalidade e sustentabilidade.

São muitos os desafios. A maior é a vontade de trabalhar por Rondônia. Honra-nos a oportunidade de disputar as eleições de 2018, e maior será o privilégio de governar esse estado, berço de tanta diversidade cultural e histórica que muito nos orgulha e que merece e precisa ser bem cuidado.

Eixos Estruturantes Transversais

- Paz e Segurança

a) Respeito e valorização dos profissionais da Segurança Pública;

- Educação

a) Educação para a Paz, capaz de contribuir para uma formação ética, responsável, buscando a melhoria dos índices educacionais;

- Saúde

a) Enquanto uma política social efetiva, preventiva e humanizada

RONDÔNIA HOJE

Rondônia é hoje um dos estados brasileiros que mais cresce. Já está posicionado no mapa brasileiro como um estado estratégico para a economia do País. Há um visível processo de mudança em curso em Rondônia. Antigos padrões produtivos veem sendo substituídos por processos inovadores de produção. Assim como costumes da velha política vão sendo suplantados por um novo modelo democrático e participativo.

Com uma população estimada de mais de um milhão e oitocentos mil (IBGE 2017), Rondônia está inserida no panorama atual de desenvolvimento econômico sustentável. Na agropecuária, por exemplo, coexistem no estado cerca de 450 mil hectares de lavouras, mais de 6 milhões de hectares de pastagens e quase 2,5 milhões de hectares de matas ou florestas (IBGE 2017). É prioritário a busca pelo equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a preservação de nossas matas.

Os desafios a serem superados são muitos. A eleição de 2018 configura momento de grande oportunidade para a sociedade rondoniense afirmar sua busca pela mudança, pelo novo. Alcançar um estado mais justo, democrático, inclusivo e sustentável é o que almejam os rondonienses.

Com um ciclo de quatro anos à frente, o nosso compromisso é garantir a implementação das ações e programas governamentais aqui propostos e deflagrar um amplo e intensivo processo de integração das políticas públicas do nosso Estado, para conferir um salto significativo na qualidade dos serviços públicos oferecidos e o efetivo alcance do estado que queremos.

Valores

- a) Cidadania
- b) Dignidade Humana
- c) Eficiência e Racionalidade Administrativa
- d) Processos Participativos
- e) Transparência

DIMENSÃO HUMANA E DE QUALIDADE DE VIDA

Combater as desigualdades no acesso aos serviços, reorganizar o atendimento básico, oferecer mais leitos, enfrentar a grande tarefa de fazer do SUS um modelo de universal, são alguns dos desafios na saúde. A Atenção Básica deve ser universalizada e constituir a porta de entrada para os serviços de saúde, exceto pelas emergências médicas. Transformar esse preceito em prática, no entanto, requer enorme esforço de organização dos atendimentos, inclusive para articular serviços de diferentes níveis de complexidade.

No campo das políticas sociais, O Brasil conseguiu retirar da extrema pobreza uma parcela da população por meio de programas de transferência de renda direta às famílias. Contudo, as desigualdades sociais e regionais permanecem. É tempo de adotar programas sociais de terceira geração, que incluam qualidade de vida e bem-estar, essenciais à construção de uma sociedade fraterna. São prioridades:

- Implementação e integração da Rede de Atenção à Saúde no Estado de Rondônia, de forma prioritária e intensiva.
- Fortalecimento da Regulação do Atendimento em Saúde Pública do estado, com forte diretriz na humanização.
- Expansão de serviços especializados para as regionais do estado.
- Fortalecimento da capacitação continuada de todos os servidores da Saúde.

- Fortalecimento dos Centros de Referência de Prevenção e Atenção à Dependência Química.
- Fortalecimento da Rede de Assistência Social
- Ampliação das ações de assistência às comunidades ribeirinhas do estado
- Ampliação dos programas de incentivo às atividades culturais do estado e preservação do patrimônio histórico

Equilíbrio Fiscal, Racionalidade Administrativa e Economicidade: consolidando a transição para uma Administração Pública de tipo Societal

Na busca pelo *equilíbrio e responsabilidade fiscal*, a proposta é encontrar formas de ampliar a arrecadação com o fomento aos arranjos produtivos locais, combater desperdícios por meio de racionalidade administrativa e enfrentamento aos danos ao erário e, por fim, fomentar uma cultura de sustentabilidade orçamentária.

No tocante a esse item, impende fazer menção à valorização de mecanismos de transparência, de *compliance* e de fortalecimento aos órgãos e setores de controle, endereçando de modo claro, eventos de improbidade administrativa e crimes contra a Administração, escoadouro de recursos públicos. Não menos, os critérios de escolha de profissionais para os cargos de alta gestão deverão atender requisitos de probidade, de experiência e de competência técnica.

Cogente anotar que é necessária uma reforma de Estado, fortalecimento dos instrumentais de controle, como por meio de uma legislação própria que, com o respeito aos direitos e garantias processuais, permita ao Poder Público enfrentar os casos desviantes e seus ilícitos administrativos.

Com a contratação via concursos públicos aliada à qualificação técnica de equipes (elemento humano), desburocratização (incorporação de medidas que reduzam o trabalho desnecessário) boas práticas e mudanças de rotinas administrativas (processos gerenciais e de execução) e monitoramento/avaliação (supervisão de metas e indicadores), busca-se fazer mais (em seu impacto quantitativo e qualitativo), com menor custo (econômico, temporal), atingindo os preceitos de eficiência, eficácia e efetividade na Gestão Pública.

Combate à Corrupção: Accountability, Compliance, Disclosure

Fortalecendo os mecanismos de controle, de fiscalização da sociedade civil, de diuturna revisão de procedimentos e monitoramento cidadão, o Governo de Rondônia buscará combater os desperdícios e má utilização de recursos públicos.

É nuclear que as ferramentas mais contemporâneas de governança, com controle interno e externo e aplicação de técnicas gerenciais e de auditoria, possam criar um ambiente organizacional de ética e probidade.

Nesse sentido, a sensibilização da equipe será uma das plataformas: com a contribuição de pessoas íntegras, pautadas na competência técnica, aliado à ideia de transparência, de supervisão e de controle, iremos fomentar um clima de honestidade republicana e de melhor utilização dos recursos públicos.

Um Estado Sustentável e Desenvolvementista

O papel do Poder Público aqui é reconhecido como indutor, facilitador e promotor de processos socioeconômicos de mudança. O Governo do Estado visará o desenvolvimento em suas tantas dimensões (humano, social, econômico, regional e interiorizado), com o aproveitamento racional de recursos naturais a serviço do presente e das futuras gerações.

Enquanto aspecto geral, que o desenvolvimento econômico seja incluyente, ambientalmente responsável, ético e durável, como forma de realização da liberdade de indivíduos e da sociedade. Importa registrar a importância da diversificação da produção para redução da vulnerabilidade econômica, bem como a agregação de valor a partir da industrialização de itens, bens e *commodities*, sobretudo no agronegócio.

No quesito de desigualdade e pobreza extrema, o intento é a promoção de desenvolvimento a partir da geração de capacidades e potencialidades do indivíduo, bem como de economia solidária, possibilitando a criação de pequenos empreendedores aptos à criação de postos de trabalho e renda, reinserindo a mão de obra até então ociosa, no circuito econômico local, levando, ato contínuo, à redução do desemprego.

O apoio à produção de modo direto através de um Poder Público mais célere, informatizado e desburocratizado, reduzindo o tempo desnecessariamente gasto, será uma meta. Haverá o fomento, a partir da educação financeira, às formas de associativismo e de cooperativismo visando a geração de renda, estímulo à produção e ativação de mercados locais.

Educação para o Futuro

A educação é o alicerce da sociedade do futuro. Como tal precisa ser encarada. Nesse tocante, é histórica a desvalorização dos/das profissionais da educação, com remuneração iníqua e distante do ideal para o seu simples sustento.

Dessa forma, um Governo do Estado deve ser proativo, a despeito de limitações orçamentárias e da necessidade de responsabilidade fiscal, tentar encontrar um ponto de equilíbrio que permita remunerar adequadamente os professores e professoras da Educação Estadual.

Além da valorização por uma remuneração justa, os/as docentes precisam ter acesso e direito à qualificação contínua, não somente enquanto busca individual, consumindo seu tempo “livre” para isso. Dessa maneira, o

Governo do Estado pensará em programas de capacitação/qualificação que possibilitem o licenciamento dos profissionais, além da formação *in company*, por meio de seminários e *workshops*.

Com a produção de conhecimento e sua retransmissão, poderemos pensar na formação continuada de novos formadores, perpetuando um ciclo benéfico de qualificação, pesquisa e ensino.

A aquisição e até estímulo à produção de novos materiais de ensino, sintonizados com as novas tecnologias e a rede mundial de computadores será outra plataforma base. A busca de escolas integrais, estágios por meio de parcerias e a aproximação de sociedade, mercado e Poder Público deverá ser estimulada.

Dentro de capacidades orçamentárias, o Governo do Estado assumirá o papel de indutor de uma política educacional que contemple o ensino superior estadual, sobretudo para a formação em áreas da saúde, pesquisa (em etnobotânica, ecologia, para a exploração do potencial biotecnológico e medicinal-farmacêutico da floresta) e atendimento das demandas socio-regionais de desenvolvimento agroindustrial.

Em suma:

- Atenção à correção da distorção Idade/Série no ensino fundamental, em todas as escolas estaduais.
- Ampliação da oferta e da qualidade da educação básica, a fim de elevar o IDEB e aumentar a escolaridade dos jovens.
- Expansão do ensino em tempo integral, incluindo de caráter técnico e tecnológico.
- Fortalecimento das ações voltadas à melhoria da qualidade do ensino médio, através de melhorias metodológicas, formação continuada de profissionais da educação e o monitoramento permanente das metas escolares.

- Foco na concessão de licenças para qualificação, em investimento em programas de qualificação da equipe técnica e docente na escola, gestão democrática do ensino e aceleração da concessão de aposentadorias.

Saúde Pública

A busca pela universalização, humanização, respeito aos profissionais em sua totalidade e multidisciplinaridade, com um serviço de qualidade ao usuário.

Objetivo da estratégia – Fortalecer e expandir os serviços de saúde pública para que fiquem mais próximos dos usuários, com foco na qualidade, humanização e excelência da promoção, prevenção, atenção e recuperação das pessoas, por meio da valorização dos profissionais de saúde, de uma gestão inteligente, da construção, reforma ou ampliação da infra-estrutura e fazer uso da tecnologia da informação avançada, além da gestão compartilhada entre os entes federados.

Programa Gestão da Saúde – Fortalecer a gestão do sistema de saúde, de forma consequente e profissional, utilizando-se de indicadores e tecnologia da informação para tomada de decisões estratégicas em saúde.

Conecta SUS – Instituição do Centro de Informações e Decisões Estratégicas em Saúde – Conecta SUS, com base na tecnologia da informação, para congregar informações importantes e determinantes e condicionantes em saúde, com objetivo de tomar decisões estratégicas, para se obter resultados importantes para população.

Tecnologia da Informação para as Regionais e Municípios – Garantir aos 52 municípios de Rondônia e as sete Regionais da saúde equipamentos de tecnologia da informação necessários para se fazer contatos “on-line”, em tempo real, entre o nível central, as regionais e as unidades municipais, com objetivo de fortalecer a gestão da saúde.

Programa de Fortalecimento da Atenção Primária de Saúde – Facilitar o acesso da população à atenção primária da saúde com qualidade e humanização, com profissionais de saúde qualificados e exames complementares laboratoriais básicos além de equipamentos médico-hospitalares essenciais.

Saúde da Família – Fortalecer o modelo Saúde da Família, com foco na prevenção, e ampliar a estratégia de saúde da família e qualificação dos seus profissionais, em todo o Estado, especialmente nos municípios com cobertura menor de 50%;

Médicos, médicas e demais profissionais para o interior – Prover de profissionais da saúde, onde se fizer necessário, mas com condições de trabalho, incluindo equipe, infra-estrutura e equipamentos médico-hospitalares básicos;

Laboratórios Descentralizados – Garantir que os municípios tenham laboratórios de análise clínicas para fazerem exames complementares básicos essenciais. Iniciando pelos municípios das duas macrorregionais de Saúde do estado.

Equipamentos Médico-Hospitalares Essenciais – Garantir que todos os municípios que necessitem tenham acesso facilitado a equipamentos médicos essenciais, tais como desfibrilador, ultrassom obstétrico e eletrocardiógrafo.

Rede Heuro (hospitais de emergências e urgências de Rondônia) – Ampliar a Rede Heuro de hospitais de urgência no interior, com base nos critérios demográficos e epidemiológicos das Regiões de Saúde;

Hospital da Mulher – Construção do Hospital da Mulher de Rondônia nas duas macrorregionais de saúde do estado;

Hospital da Criança – Adequação e reestruturação do Hospital Infantil Cosme e Damião (HICD) para atendimento exclusivo à criança;

Hospital do Idoso – Construção do Hospital do Idoso na antiga em Porto Velho;

Consórcios públicos – Fomentar e Instituir os consórcios públicos intermunicipais de saúde como forma de fortalecer o gerenciamento regional da saúde no estado de Rondônia;

Rede AME – Criar e ampliar nas Regiões de Saúde ou nas Macrorregionais (Porto Velho e Cacoal) o Ambulatório Médico de Especialidades;

Rede Credeg – Criar nas duas macrorregionais de saúde (Porto Velho e Cacoal) o Centro de Referência e Excelência em Dependência Química em parceria com a Universidade Federal, Conselhos de Psicologia e de Medicina, e outras instituições de ensino;

Medcasa – Avançar na entrega medicamentos de alta complexidade na casa de cada um dos usuários que necessitam desse serviço;

Rede CEO – Centro de Especialidades em Odontologia – Implantação nas duas macrorregiões de saúde de Rondônia (Porto Velho e Cacoal) centros especializados em odontologia de média e alta complexidade, promovendo a saúde bucal, sobretudo para crianças e adolescentes.

Reestruturar o PCCS dos servidores da saúde e melhorar a gestão de pessoas, incluindo a dimensão humanizadora e acolhedora da saúde.

Fortalecer a Estratégia de Saúde da Família (ESF) pautada na PNAB 2011.

Ampliar o SAMD (Serviço de Assistência Multidisciplinar Domiciliar) e implantar o atendimento domiciliar para casos pediátricos.

Dar continuidade ao desenvolvimento da Planificação da Atenção Primária à Saúde e monitoramento e avaliação, em parceria com o CES-RO e UNIR para o estabelecimento da linha de atendimento integral às necessidades de saúde dos indivíduos, efetivando a relação entre a APS e demais pontos de atenção à saúde no município, nas regiões de saúde e no estado.

Ampliar o serviço de transporte, remoção e resgate de pacientes.

Criar parceria com a UNIR, única instituição pública de saúde em Rondônia, para melhorar a formação em saúde e a qualificação dos profissionais estaduais e municipais da rede de saúde por meio da Educação permanente, Programas de Mestrado e Doutorado Profissionais para qualificar os trabalhadores da Rede SUS no estado.

Consolidar no Sistema Único de Saúde (SUS) os serviços de interrupção da gravidez conforme a legislação em vigor e a atenção qualitativa à população LGBTT.

Propor a Bancada Federal de Rondônia a rejeição de qualquer Desvinculação de Receitas da União para assegurar a manutenção das fontes orçamentárias da Saúde.

Reforçar a política de Saúde Mental com a implantação de novos CAPS, Residências Terapêuticas e CAPS 3, substituindo gradativamente a internação, inclusive compulsória, de usuários no Hospital de Base Dr. Ari Pinheiro, procurando a adequação às normas legais; propor a criação de fóruns de monitoramento para a prevenção de maus tratos e tratamento degradante em toda e qualquer unidade de acolhimento e/ou internação, em parceria com os conselhos profissionais competentes e demais entidades da sociedade civil.

Acesso à Justiça, Equidade e Relações Interinstitucionais

Reconhecendo e valorizando o Poder Judiciário, o Ministério Público Estadual e a Defensoria Pública Estadual, o Governo do Estado faz constar em seu programa a garantia da perseguição de dotação e alocação orçamentária que possibilite a execução das atividades necessárias ao cumprimento de suas atribuições constitucionais, bem como a observância estrita da legalidade.

No particular quanto à Defensoria Pública do Estado, o Governo do Estado buscará a sua interiorização e regionalização como forma de política de Estado para assegurar o acesso à justiça e cidadania à população.

Na dimensão da redução de conflitos e de fomento a uma cultura de paz, o Estado buscará estimular formas alternativas e complementares de resolução pacífica e composição, como apoiando as iniciativas de uma Justiça Restaurativa, de Conciliação, de apoio aos Núcleos Especiais Criminais para conciliação e reparação célere do dano suportado pela vítima com a desjudicialização do conflito penal, de fortalecimento de Ouvidorias e Corregedorias para atender as demandas do cidadão antes que seja necessário a judicialização, bem como avaliará a criação de uma Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Estadual para as relações intragovernamentais, nos moldes da existente na esfera da União Federal.

Segurança Pública, Cidadania e Paz

A criminalidade e a violência demandam respostas rápidas e em caráter emergencial. O Governo buscará endereçar as questões com a busca por parcerias e convênios com a União Federal para melhor aparelhamento da Segurança Pública.

Outrossim, é preciso pensar na interligação dos demais atores sociais (incluindo conselhos de direitos, sociedade civil, família) e estatais (saúde no atendimento da vítima, assistência social, educação para a paz) para configurar um quadro político que estimule a redução e resolução dos conflitos, como suporte ao policiamento. Pensar a segurança pública como parte de um processo político mais denso é reconhecer que o policial precisa ter condições de lidar com a sobrecarga de trabalho e com a ineficiência da rede de serviços públicos, que acabam escoando para uma (não) solução criminalizadora de questões sociais.

Por meio de um Planejamento Estratégico para a Segurança Pública, ouvindo todos os partícipes da política setorial, definir prioridades, indicadores e metas para além de um prazo de 04 anos a partir de dados e da participação real do policial.

No tocante à gestão, com o diálogo com especialistas, profissionais e sociedade civil, irá buscar a criação de cargos e a realização de concurso

público para uma carreira de atividades meio na Segurança Pública, liberando parcialmente a força policial atualmente alocada em funções burocráticas para a atividade fim de policiamento. Aqui, mencione-se a criação de uma carreira de Analista de Polícia Judiciária e melhor dotação orçamentária para a Perícia Técnica.

Dentre outras providências a criação de unidades específicas para investigação de crimes com autoria conhecida e unidades para atuação nos crimes com autoria desconhecida.

Conste-se a previsão do fortalecimento das unidades de prevenção (patrulhas rurais) e de repressão (Polícia Judiciária) especializadas em conflitos agrários. Nesse ponto importante prever também a regularização fundiária a ser fortalecida pelo Estado.

As unidades especializadas para atendimento aos grupos em situação de vulnerabilidade, como mulheres, idosos, crianças e adolescentes vítimas e infratoras, e consumidor, possuem estruturas precárias, que não permite o atendimento 24 horas.

Tocante a esse ponto se deve buscar a co-participação do Poder Judiciário, do Ministério Público e Defensoria Pública, na busca de soluções para diminuir o índice de revitimização devido a deficiência de todos esses entes, que são envolvidos no processo.

Buscando a integração das forças de segurança, procurará a uniformização de bancos de dados com informações criminológicas, como locais de alta ocorrência de eventos, para monitoramento e atividades preventivas.

A qualificação das forças de Segurança buscará a observância de preceitos e garantias processuais, evitando, assim, a nulidade *a posteriori* de investigações e operações policiais, que resultam nos índices de não responsabilização mesmo no caso de autoria identificada de delitos.

Uma forma de enfrentamento da criminalidade se dará por meio do robustecimento de inteligência e da utilização maciça de novas tecnologias,

não só para a prevenção, como para a identificação de autoria e responsabilização penal.

A saúde do/da profissional de Segurança e de suas famílias, à luz dos elevados índices de suicídio, de adoecimento psíquico/mental, de excesso de *stress* e redução do absenteísmo consequente será uma prioridade em programas de atendimento.

Execução Penal

Em obediência ao comando constitucional e à Lei de Execuções Penais, o Governo do Estado buscará superar o atual Estado Inconstitucional de Coisas na Execução Penal, promovendo melhores condições de trabalho aos agentes penitenciários, com a estruturação de uma carreira de atividade meio na gestão prisional e realização de formação continuada para todos os integrantes da carreira, além da busca por novas formas de financiamento da atividade.

Buscará harmonizar a necessidade legal de ressocialização, com a qualificação educacional-profissional para a reinserção do egresso e as demandas de segurança pública, por meio de instrumentais de Justiça Restaurativa para uma eficaz responsabilização do autor de ato delituoso, de Unidades de Ressocialização de caráter Agrícola e Industrial, com parcerias com a sociedade civil (incluindo APACs, instituições confessionais em caráter voluntário, adoção de novas técnicas e novos paradigmas de reinserção social).

Ademais, buscará a informatização total e adoção de novas tecnologias para supervisão eletrônica de unidades prisionais e seus perímetros, bem como a estruturação de um setor integrado de inteligência, com a Secretaria de Segurança e Sistema de Inteligência, para o enfrentamento ao crime organizado intracárcere.

Matriz Energética, Estabilidade Produtiva e Meio Ambiente

A matriz energética rondoniense será objeto prioritário, mormente à luz das necessidades de um meio ambiente equilibrado, de redução de emissão de carbono e de práticas visando mitigar os efeitos de mudança climática e aquecimento global.

A um, isso se dará por meio da introdução da produção de energia solar para redução de altos custos atualmente existentes para as demandas de funcionamento da Administração Pública e seus edifícios.

A dois, pensando na produção diversificada e regionalizada de energia solar, buscando reduzir a vulnerabilidade energética, seja pela dependência de fontes não renováveis, seja pelas interrupções que afetam o parque produtivo, como os conhecidos *apagões*.

Também, buscando apoiar a pequena agricultura familiar, o Governo do Estado intentará estimular a utilização de biodigestores, gerando renda e energia para o autoconsumo.

Por meio de cooperações e parcerias, as unidades governamentais buscarão a produção de outras fontes de energia, como a biomassa a partir de compostos orgânicos locais. Ainda, por meio da promoção de uma política de baixo carbono, onde se possa fazer a gestão das emissões e incentivar as boas práticas.

Meio Ambiente, Recursos Naturais e Sustentabilidade

A proposta buscará, por meio do diálogo com a sociedade civil, especialistas, corpo técnico de órgãos ambientais e, com observância da legalidade e princípios constitucionais que regem a pauta, encontrar um ponto equidistante entre as divergências, produzindo consenso, de modo gradativo e respeitando o devido processo legislativo.

As comunidades envolvidas serão ouvidas para alterações e demarcações, respeitando os procedimentos de audiência e consulta pública, bem como buscando a responsabilidade social e ambiental de empreendimentos potencialmente poluidores ou que causem impacto no sistema ecológico.

No entorno das unidades de conservação, o Governo do Estado promoverá o apoio aos agricultores para que possam desenvolver ações com a geração de renda e valor, contribuindo para que estes possam ajudar no fortalecimento da política ambiental, a exemplo do turismo rural e do turismo de bem estar.

Para as áreas degradadas, será criado um projeto com ações de reflorestamento e recomposição ambiental. Fomentar o apoio ao empresário e setor produtivo para que desenvolvam ações de preservação da natureza.

Com relação à produção, buscará, por meio de pesquisa e desenvolvimento biotecnológico, ampliar a produção animal (com melhoramento genético dos rebanhos, melhora da conversão alimentar do gado) e agrícola (por meio da recuperação de solo degradado e erodido, racionalização de técnicas produtivas, acesso às sementes de qualidade para ampliação da produção e redução de perdas).

Previdência Social

A Previdência Social é uma garantia. Resguardar a boa aplicação, com geração de rendimentos a partir de uma carteira diversa e segura de aplicações, assegurar o equilíbrio atuarial e contábil é proteger os direitos dos cidadãos.

Nesse quesito, o déficit previdenciário vem sendo colocado com uma problemática grave pelo Tribunal de Contas do Estado. Encontrar uma forma de fiscalização, assegurar repasses e a sanidade financeira do órgão previdenciário estadual são os aspectos prioritários da seguridade social que o Governo do Estado irá alcançar.

Direito de Mulheres

No campo de equidade e promoção de igualdade, o programa de governo vem contemplar a questão complexa da tradicional exclusão da mulher nos processos decisórios da alta gestão. Com isso, o déficit de participação na tomada de decisão e na incidência política será levado em consideração, buscando instituir o constitucional equilíbrio e paridade.

Nos demais aspectos, orientados pela interseccionalidade entre direitos de mulheres e os demais temas, como segurança pública, saúde, renda e empregabilidade, educação, o Governo do Estado terá por foco assegurar o integral e holístico atendimento das mulheres em todas suas pastas governamentais.

Finalmente, contemplando a dimensão de consulta, participação e empoderamento feminino, os programas e projetos buscarão, na medida do possível, estabelecer vínculos e parcerias com a sociedade civil.

Infância e Juventude

Pensando no cuidado com a infância e juventude, o Programa de Governo contempla a questão em toda sua multidimensionalidade.

A primeira diretriz para a temática é a busca por uma educação integral e de qualidade, pensando na geração de potencialidades da juventude. Uma educação que seja criativa, inovadora e transformadora, superando o paradigma da “educação bancária” e também o viés utilitarista/pragmático extremado de formação de mão de obra subqualificada e de baixo preço. Ao contrário, que possamos contemplar uma educação para a ética, para a cidadania, de modo democrático no seu fazer e no seu ensinar.

Outra diretriz é endereçar a infância e juventude em sua complexidade cultural e socioeconômica, entendendo que os jovens podem, na medida de suas capacidades cognitivo-políticas, participarem da formulação de suas

demandas e das respostas públicas para os problemas sociais. Outrossim, aqui se está falando no incremento participativo, com foco no protagonismo infanto-juvenil.

A terceira diretriz é a compreensão ético-política da infância e juventude como historicamente vulnerável, seja pela desigualdade transgeracional, pela atração promovida por organizações criminosas e todas as formas de abuso, exploração e violência sexual.

Portanto, indicar políticas que potencializem as ações de demais atores institucionais para combater a pobreza, o crime, sobretudo a exploração da mão de obra infantil pelo narcotráfico, o trabalho infantil, a exploração/violência sexual é o formato preventivo e de enfrentamento que cabe ao Governo do Estado.

Responder todas essas questões com políticas propositivas e programas sociais, de incentivo ao esporte e cultura e uma educação inclusiva, é parte da solução.

ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

Segundo dados do IBGE/2010, 1/4 da população é portadora de algum tipo de deficiência. Em Rondônia, corresponde a pouco menos de 30%. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, também chamado de Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei Federal 13.146/15, além dos normativos legais estaduais e municipais, deve nortear as políticas públicas que possam garantir e assegurar os direitos dessas pessoas. Não se pode deixar de lado, um percentual tão significativo. Desta feita, exponho algumas medidas, que possam ir ao encontro de suas demandas:

A política da pessoa com deficiência é complexa na sua concepção, avaliação e monitoramento, dada às peculiaridades que a envolvem, seja por conta das questões históricas como nas mudanças conceituais no ponto de vista da militância como na academia. Como forma de garantir a estrutura para

implementar as políticas públicas para pessoas com deficiência, é necessário a criação e/ou fortalecimento dos espaços no âmbito estadual:

Criar uma Comissão de Acessibilidade

Com tarefas e questões específicas, mapeamento de espaços inadequados ou inacessíveis; adequar espaços físicos, provas de concursos ou sites eletrônicos. Será um órgão colegiado que pode ser vinculado à diferentes estruturas da administração pública e composto por representantes de diversas secretarias, órgãos municipais e sociedade civil. Poderá ter um papel consultivo e deliberativo nos assuntos que incluem acessibilidade em edificações, logradouros, mobiliário urbano, transporte e comunicação. Preferencialmente, deve contar com especialistas, e a própria pessoa com deficiência, entre seus membros, podendo realizar vistorias e análise de projetos para a eliminação de barreiras arquitetônicas e de comunicação. Empresas, entidades da sociedade, poder legislativo, judiciário e ministério público e outros órgãos podem ter comissões permanentes de acessibilidade.

Comunicação: Garantir audiodescrição, Libras e legenda na produção audiovisual institucional e tornar acessível o site do governo do estado, bem como em suas transmissões oficiais.

Estímulo à criação de órgão gestor da política da pessoa com deficiência

Criar diretrizes para que o estado e os municípios elaborem dispositivos legais para a criação e o funcionamento de órgãos gestores da política da pessoa com deficiência, de maneira a garantir que sua atuação articule ações intersetoriais e intersecretariais.

Implementar rede estadual de gestores da política da pessoa com deficiência, promovendo, dentre as ações, formação continuada aos gestores das políticas da pessoa com deficiência.

Criar mecanismos legais que exijam previsão orçamentária de todas as secretarias para que suas políticas sejam inclusivas e garantam a acessibilidade às pessoas com deficiência.

Centro Regional de Referência, Pesquisa, Diagnóstico e Tratamento da Pólio e Síndrome Pós Pólio no Estado, bem como fortalecer a rede de saúde e atendimento psicossocial para as famílias com pessoas com doenças graves, crônicas e raras.